

AÇÕES AFIRMATIVAS COMO EIXO DE INCLUSÃO DE CLASSES SOCIAIS MENOS FAVORECIDAS À UNIVERSIDADE BRASILEIRA: UM TERCEIRO OLHAR ENTRE PONTOS E CONTRAPONOTOS

PAULO GOMES LIMA (UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS - MS (UFGD)).

Resumo

A pesquisa problematiza a dualidade entre pontos favoráveis e contrários acerca das ações afirmativas como eixo de inclusão das classes menos favorecidas à universidade brasileira. Como objeto de contextualização, estabelece as relações entre a reestruturação produtiva, reforma de Estado e políticas educacionais, para, em seguida, situar a educação superior no Brasil no contexto do modo-de-produção capitalista e seus arranjos históricos de exclusão social. Caracteriza o surgimento das ações afirmativas no Brasil como instrumento de inclusão das classes menos favorecidas à universidade, e sua dualidade entre pontos favoráveis e contrários, apontando para a possibilidade de um terceiro olhar. Neste caso, são destacadas as relações entre o neoliberalismo, o trabalho e políticas compensatórias de acesso à universidade brasileira e os desafios contemporâneos para a inclusão social propriamente dita. O nível conceitual da investigação sustenta-se em quatro eixos: a) as práticas dissimuladoras na centralidade capital-trabalho (Mészáros), b) o agir comunicativo na determinação da ação histórica (Habermas), c) a mobilização concreta do homem na história e com a história (Karel Kosik) e d) o antagonismo entre o particular e o universal (Adorno & Horkheimer). A pesquisa evidencia a necessidade de inclusão educacional à universidade no Brasil a partir de uma dimensão universal sustentada por uma lógica libertadora e humanizadora, destacando a atualidade e legitimação de um terceiro olhar na solicitação social acerca do papel da universidade na contemporaneidade.

Palavras-chave:

educação-Brasil; , universidade brasileira, ações afirmativas .

AÇÕES AFIRMATIVAS COMO EIXO DE INCLUSÃO DE CLASSES MENOS FAVORECIDAS À UNIVERSIDADE: UM TERCEIRO OLHAR ENTRE PONTOS E CONTRAPONOTOS

Paulo Gomes Lima

Professor Adjunto da Faculdade de Educação - Universidade Federal da Grande Dourados -MS.

paulolima@ufgd.edu.br

RESUMO

Este artigo se originou de pesquisa de pós-doutoramento desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Educação da Unicamp, sob a supervisão do Prof. Dr. José Luís Sanfelice do Departamento de Filosofia e História da Educação

(DEFHE). A pesquisa problematiza o surgimento das ações afirmativas no Brasil como instrumento de inclusão das classes menos favorecidas à universidade, e sua dualidade entre pontos favoráveis e contrários, apontando para a possibilidade de um terceiro olhar. Neste caso, são destacadas as relações entre o neoliberalismo, o trabalho e políticas compensatórias de acesso à universidade brasileira e os desafios contemporâneos para a inclusão social propriamente dita. O nível conceitual da investigação sustenta-se em quatro eixos: a) as práticas dissimuladoras na centralidade capital-trabalho (Mészáros), b) o agir comunicativo na determinação da ação histórica (Habermas), c) A mobilização concreta do homem na história e com a história (Karel Kosik) e d) o antagonismo entre o particular e o universal (Adorno & Horkheimer). A pesquisa evidencia a necessidade de inclusão educacional à universidade no Brasil a partir de uma dimensão universal sustentada por uma lógica libertadora e humanizadora, destacando a atualidade e legitimação de um terceiro olhar na solicitação social acerca do papel da universidade na contemporaneidade.

Palavras-chave: educação-Brasil; universidade brasileira; ações afirmativas

Reestruturação produtiva, reforma do Estado e políticas educacionais

A reestruturação produtiva sob inspiração do capital transnacional apontava como ponto consolidado à crise do modelo fordista, o parâmetro neoliberal. Todo o esforço das diretrizes neoliberais materializou-se certamente nas políticas educacionais do Brasil, implicando a incorporação de problemáticas sociais e redefinição do papel da Educação Básica na erradicação dos problemas sociais. A educação voltada para as classes trabalhadoras deveria ter como papel precípua o de correção das desigualdades sociais, o Estado exime-se da responsabilidade direta pelo desenvolvimento econômico e social atuando como regulador do mesmo (BRASIL, 1995: 12). As políticas educacionais, a partir da reforma do Estado, seriam convenientemente orientadas com políticas sociais, não identificadas como de responsabilidade do mesmo Estado. A carga desta correlação entre investimentos em educação e políticas sociais, organismos multilaterais como o Banco Mundial, atrelam as correções de dívidas sociais históricas como um novo paradigma que favorecerá o desaparecimento dos bolsões de pobreza no mundo.

Educação superior no Brasil no contexto do modo-de-produção capitalista e seus arranjos históricos de exclusão

Nas décadas de 70, 80 e 90, a exemplo do histórico de exclusão no ensino superior no Brasil, medidas paliativas são desenhadas pelo governo brasileiro à medida que ocorrem movimentos sociais organizados em busca de inserção no mundo universitário, no intuito de amainar os conflitos. Alguns exemplos que podem ser explicitados neste aspecto são: a abertura de crédito (FIES - Financiamento Estudantil) para estudantes de classes desfavorecidas, a expansão de universidades privadas para atender demandas que o setor público não atendia, o PROUNI (Programa Universidade para Todos), cuja finalidade centrava-se na concessão de bolsas parciais e integrais à estudantes de graduação que não tivessem condições

de pagar uma universidade privada e mais recentemente na década de 90, a discussão e implantação de ações afirmativas por meio da política de cotas à universidade brasileira.

Contextualização das ações afirmativas no Brasil como instrumento de inclusão das classes menos favorecidas à universidade

Em âmbito geral, as políticas de ações afirmativas têm sido entendidas como meio de beneficiar grupos socialmente desfavorecidos na consecução de recursos escassos em distintos âmbitos dos arranjos sociais, inclusive na universidade. Com o fim do período militar e o processo de redemocratização no Brasil, muitos movimentos sociais começaram a se mobilizar em busca das correções de dívidas sociais historicamente situadas, principalmente entre 1989 e a década de 1990. Para que compreendamos como se procedeu esse itinerário consideraremos para discussão três pontos tomando as ações afirmativas como eixos de recorrência: pontos de correção de dívida histórica, contrapontos acerca da discriminação positiva e a possibilidade de um terceiro olhar entre pontos e contrapontos.

Ações afirmativas para a universidade: pontos de correção de dívida histórica

Por meio de levantamento bibliográfico, identificamos que em pleno governo FHC, em 1996, ano da inauguração da LDB 9394/96, fora constituído um Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra, que como orientação definia "ações afirmativas" como "*medidas especiais e temporárias, tomadas pelo Estado (...) com o objetivo de eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidade e tratamento, bem como de compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização, por motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros*" (Ministério da Justiça, 1996:10). Neste projeto não havia espaço para se articular outro olhar ou arranjo social em que não houvesse excluídos, mas o panorama era o de, mantendo-se o projeto histórico da universidade para poucos no Brasil, as medidas inclusivas, a exemplo do modelo norte-americano por meio das ações afirmativas, atenuariam as questões situadas pelos movimentos sociais.

Ações afirmativas para a universidade: contrapontos acerca da discriminação positiva

Em 1965 as Nações Unidas aprovam a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, da qual o Brasil passou a ser signatário desde 1968. Nesta Convenção (no artigo 1º, parágrafo 4º) foi estabelecido que "medidas especiais e temporárias" fossem adotadas para proteção, incentivo, equiparação de grupos sociais menos favorecidos às mesmas oportunidades que os grupos socialmente favorecidos. Tais medidas foram denominadas de "discriminação positiva" (ações afirmativas), isto é, o reconhecimento e a abertura de inclusão social dos grupos identificados como maneira de correção das dívidas históricas causadas por preconceitos em todas suas formas. Em muitos trabalhos acadêmicos a adoção das ações afirmativas como "discriminação positiva" tem sido considerada como uma evolução cultural e humana que, finalmente o Brasil se deu conta na

correção de sua dívida histórica, principalmente quanto à exclusão do negro das universidades e oportunidades sociais. Assim a questão da discriminação positiva é encaminhada como uma forma de promoção da "justiça" historicamente situada, esquivando-se de outra leitura necessária a da noção de equidade necessária. Não se promove a equidade, mas se exclui grande contingente das ditas oportunidade sócias, gerando outras "injustiças históricas". Tais discriminações positivas tão profusamente defendidas no Brasil se originaram nos EUA para amenizar conflitos entre o movimento negro e o controvertido inimigo dos direitos civis - Nixon.

Ações afirmativas para a universidade: a possibilidade de um terceiro olhar entre pontos e contrapontos

Sob a materialidade histórica evidenciada, a partir de um terceiro olhar, podemos problematizar os pontos de tensão da proposição das ações afirmativas no Brasil por meio de cotas à universidade. Este exercício vai nos solicitar a clarificação de que, de fato, a influência do modo-de-produção capitalista e a lógica de seu ideário neoliberal são impulsionadas pela racionalidade (Silva, 2006, Mészáros, 2005) que apresenta um significativo alcance (mesmo sem o desvelamento das tramas neoliberais), das possibilidades e limites da inclusão educacional à universidade brasileira (Sanfelice, 2006; Meszárós, 2005, 2006 2007), apregoando a globalização, a unidade na diversidade e negando a efetivação de desdobramento de conquistas sociais mais amplas.

Relações entre O neoliberalismo, o trabalho e políticas compensatórias de acesso à universidade brasileira

Ao considerarmos o crescimento da adesão às ações afirmativas na universidade brasileira, podemos constatar que, embora a ideologia hegemônica veicule propostas para a inclusão educacional e encontre respaldo, por conta da expropriação histórica dos direitos, como observa Sanfelice (2006), os seus limites são estruturais. Assim, pensar a universidade brasileira e algumas políticas públicas de inclusão, a partir de uma sociedade capitalista democrática, não pontuando as relações entre neoliberalismo, trabalho e políticas compensatórias de acesso à universidade, fundantes das desigualdades, é ignorar o discurso ideológico forjado por uma burguesia que ratifica sua dominação pela violência simbólica.

Neoliberalismo

A partir da década de 1990, período em que no Brasil as políticas de inclusão educacional são mais evidentes, intensifica-se o discurso neoliberal, cuja viabilização se daria por conta da ruptura das economias nacionalistas, ratificando a internacionalização da mesma. Todo este conjunto ideológico tem sido operacionalizado como refrão para a solução das questões econômicas e sociais dos países capitalistas desenvolvidos ou em desenvolvimento, tendo como parâmetro, o controle ou extinção de mecanismos ou instituições que reivindicam melhorias salariais para os operários e seus interesses em nome da retomada do crescimento e controle inflacionário. Predomina nessas economias, entretanto, a ortodoxia neoliberal por meio do controle social, neutralizando as ações sindicais e favorecendo medidas que atenuem ou deixem de enfatizar o pleno emprego e

concessões fiscais àqueles que detêm o capital financeiro e ações de contenção de manifestações sociais por meio de "medidas especiais e temporárias", inviabilizando o processo de universalização, democratização e humanização de direitos.

Trabalho

Na sociedade contemporânea, globalizada e excludente, o estudo sobre a inclusão educacional não pode ser descontextualizada da centralidade capital-trabalho (Mészáros, 2005) pelo risco da convivência com um discurso e práticas dissimuladoras produzidas pelo metabolismo social do capital. Neste sentido entendemos inclusão educacional, por meio de ações afirmativas, à universidade brasileira como um objeto não isento a esta centralidade, que não imiscui e nem minimiza os conflitos e debates entre luta de classes, identidade da cultura brasileira e superação de desigualdades por meio de transformação social qualitativa no seio da universidade, que problematizamos neste Ensaio.

Políticas compensatórias de acesso à universidade brasileira

As políticas compensatórias ou de ações afirmativas surgidas nos EUA e adotadas em vários outros países, como o Brasil foram elaboradas, desenvolvidas e implementadas pelo Estado para conter ou minimizar as "distorções sociais" não no sentido de promoção da justiça social universalizada, mas num arranjo de desmobilização de solicitações coletivas. Estabelecidos os pressupostos representativos, pressupõe-se que a dívida histórica esteja paga, mesmo que um contingente significativo de pessoas seja destituído da situada oportunidade, ao mesmo tempo em que são desviados os eixos de discussão acerca de uma sociedade democratizadora e democratizante em sentido universalizado e ratificado o compromisso com a construção de perfil de homem para uma sociedade determinada: a capitalista, promotora de mercados e cidadãos consumidores. Dentre as políticas compensatórias, para efeitos do nosso objeto, destacam-se as políticas de cotas para acesso à universidade de grupos socialmente desfavorecidos, no caso do Brasil, de negros, indígenas e pobres.

Desafios contemporâneos à inclusão social de classes menos favorecidas à universidade

Este ensaio evidencia a denúncia do jogo de interesses do capital, que distante de favorecer a emancipação e libertação do sujeito histórico, ratifica a sua ideologia em nome da atenuação das tensões sociais, quer por meio de promoção de fundos de inversão para causas pontuais, quer pela indução de programas sociais condicionados aos empréstimos de organismos multilaterais aos estados nacionais. Desta construção, as idéias produzidas pelo aparelho de Estado precisam ser contextualizadas, as intencionalidades questionadas à medida que a atuação do homem sobre o mundo vivido constitua-se na organização do conhecimento e intervenções pertinentes, como produto de múltiplas determinações. Este é o maior desafio, dado que todos os organismos na relação capital-trabalho reforçam o inverso.

A universidade no Brasil a partir de uma dimensão universal sustentada por uma lógica democrática, libertadora e humanizadora

Recuperar o sentido da consciência coletiva como resposta ao processo de expropriação de direitos sociais, especificamente, os da educação superior numa dimensão universalizada é uma tarefa que não pode ser deixada em segundo plano e nem negociada por medidas paliativas que pretendem em nome da "minimização de distorções sociais", conservar a estrutura capitalista do controle social de mentes e corpos.

A universidade e as práticas dissimuladoras na centralidade capital-trabalho a partir de Mészáros

A ideologia em sentido restrito tranveste-se na incorporação de atendimento às necessidades das demandas, "... no assistencialismo e nas políticas compensatórias, sem caminhar absolutamente nada na distribuição das riquezas socialmente produzidas" (Sanfelice, 2006: 37). Como diz o próprio Mészáros (2005: 45) a educação desenvolvida na lógica do capital consegue "... *produzir tanta conformidade ou "consenso" quanto for capaz, a partir de dentro e por meio dos seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados*". O caminho para a emancipação da educação e oportunidades educacionais, inclusive na universidade, é o rompimento com a lógica capitalista na universalização da educação e trabalho como atividade humana auto-realizadora. Neste encaminhamento Mészáros (Idem: 27) conclui que limitar "... *uma mudança educacional radical às margens corretivas interesseiras do capital significa abandonar de uma só vez, conscientemente ou não, o objetivo de uma transformação social qualitativa*".

A universidade e o agir comunicativo na determinação da ação histórica em Habermas

Se o "... *procedimento democrático fundamenta a legitimidade do direito*" (Habermas, 1997:191), certamente podemos inferir que a legitimidade do direito deve assegurar o procedimento democrático. No caso, as categorias direito e democracia devem estar intrinsecamente relacionadas em todo o momento a ponto de assegurar a universalização e participação do que se conhece como oportunidades necessárias e igualitárias da vida social. Assim, entendemos que uma ação comunicativa em nível democrático, universal e humano, promotor e garantidor da equidade propriamente dita, não pode aceitar medidas pseudo-correctivas que negam o direito cidadão e o espírito democrático (Habermas, 2003: 52). Se de fato se pensasse a equidade de maneira universalizada como aponta Habermas, não haveria discriminação em suas distintas manifestações.

A universidade e a dialética do concreto a partir de Karel Kosik

Não é admissível pensar as ações afirmativas como respostas finais de acesso aos grupos desfavorecidos à universidade. Se a práxis é possível, a produção do mundo, bem como a autoprodução do homem não devem ser excludentes (Kosik, 1985: 202). Podemos afirmar que a universalização, democratização e humanização da universidade, oportunizando os mesmos direitos indistintamente,

não deve ser um dimensão em si e privilégio para poucos. O que se coloca na atualidade com a proposta da discriminação positiva é a proposição do mundo da pseudoconcretidade, isto é, o mundo da alienação, portanto, do afastamento da leitura correta que deveria desenvolver. Há que se resgatar em sua totalidade um maior despertar por meio da dialética do concreto, de uma análise crítica de tentativas forjadas para a mostração de um mundo diferente do real.

A universidade e o antagonismo entre o particular e o universal a partir de Adorno & Horkheimer

Adorno & Horkheimer (1985) apontam que o verdadeiro esclarecimento não mais pode ser entendido numa ingênua perspectiva mítica entre o 'bem' e o 'mal' ou entre o 'mal menor' e o mal maior', mas como base para tirar o homem de seu processo de alienação ou de sua menoridade e não mais ser conduzido, mas conduzir a construção de sua própria história. Em relação à particularização da justiça em detrimento da universalização da equidade, tomando as ações afirmativas como ponto de análise, podemos afirmar que, a aceitação tácita de sua proposição particulariza e condiciona uma tipologia de sociedade (de caráter mítico) negligenciando, conseqüente e convenientemente, a universalização de oportunidades. Desta forma, o abismo entre o particular e universal permanece, restando a ilusão de horizontalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um terceiro olhar sobre as ações afirmativas nos mostra que tais medidas se mostram paliativas projetando um processo maior de exclusão e descaso com os grupos étnicos e classes sociais menos favorecidas. Assim, não está em discussão a dimensão universal sustentada por uma lógica libertadora e humanizadora, mesmo porque tem como resolvidos os conflitos sociais emersos negando a ação comunicativa entre individualidade e coletividade (Habermas, 2003), distanciando justiça, equidade e reflexão sobre a realidade concreta da humanidade e de sua construção histórica (Kosik, 1985), alienando os homens numa dimensão mítica, de um esclarecimento determinado e controlável proposto como eixo salvacionista e não-emancipatório. E finalmente com Mészáros (2005, 2006, 2007), observamos que o exercício da educação superior somente alcançará uma dimensão humanizadora, democrática e universal quando não se limitar à medidas paliativas, que se preocupam muito mais em esvaziar as vozes do que promover uma transformação social verdadeiramente qualitativa.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T.W. & HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

BRASIL. Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra Brasília: **Ministério da Justiça**, 1996.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. 2.ed., vol. I. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

LIMA, Paulo Gomes. Unha de gato em novelo de lã ou do financiamento da pesquisa científica e tecnológica no governo FHC (1994-2002). **Tese de Doutorado**. Araraquara/SP: UNESP, 2005.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MÉSZÁROS, I. O desafio e o fardo do tempo histórico. São Paulo: Boitempo, 2007. 400p.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria de transição. São Paulo: Boitempo, 2005.

SANFELICE, José Luis. Inclusão educacional no Brasil: limites e possibilidades. In **Revista de Educação da PUC-CAMPINAS**, N° 21, p. 29-40, novembro de 2006.

SANFELICE, José Luis. **Movimento estudantil**: a UNE na resistência ao golpe de 64. São Paulo: Cortez Editora; Editora Autores Associados, 1986. 240 p.

SILVA, Graziella Moraes Dias da. Ações afirmativas no Brasil e na África do Sul. In Tempo Social, **revista de sociologia da USP**, v. 18, n. 2. São Paulo, 2006.

SILVA, Maria Abádia da. **Intervenção e consentimento**: a política educacional do Banco Mundial. São Paulo: Autores Associados, 2002.

WEBER, Max. The social psychology of the world religions . In: GERTH, H. & MILLS, C. (eds.), **From Max Weber**. Nova York, Oxford University Press, 1946.

AÇÕES AFIRMATIVAS COMO EIXO DE INCLUSÃO DE CLASSES SOCIAIS MENOS FAVORECIDAS À UNIVERSIDADE BRASILEIRA: UM TERCEIRO OLHAR ENTRE PONTOS E CONTRAPONTOS

Paulo Gomes Lima

Professor Adjunto da Faculdade de Educação - Universidade Federal da Grande Dourados -MS.

paulolima@ufgd.edu.br

RESUMO

Este artigo se originou de pesquisa de pós-doutorado desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Educação da Unicamp, sob a supervisão do Prof. Dr. José Luís Sanfelice do Departamento de Filosofia e História da Educação (DEFHE). A pesquisa problematiza o surgimento das ações afirmativas no Brasil como instrumento de inclusão das classes menos favorecidas à universidade, e sua dualidade entre pontos favoráveis e contrários, apontando para a possibilidade de um terceiro olhar. Neste caso, são destacadas as relações entre o neoliberalismo, o trabalho e políticas compensatórias de acesso à universidade brasileira e os desafios contemporâneos para a inclusão social propriamente dita. O nível conceitual da investigação sustenta-se em quatro eixos: a) as práticas dissimuladoras na centralidade capital-trabalho (Mészáros), b) o agir comunicativo na determinação da ação histórica (Habermas), c) A mobilização concreta do homem na história e com a história (Karel Kosik) e d) o antagonismo entre o particular e o universal (Adorno & Horkheimer). A pesquisa evidencia a necessidade de inclusão educacional à universidade no Brasil a partir de uma dimensão universal sustentada por uma lógica libertadora e humanizadora, destacando a atualidade e legitimação de um terceiro olhar na solicitação social acerca do papel da universidade na contemporaneidade.

Palavras-chave: educação-Brasil; universidade brasileira; ações afirmativas

Reestruturação produtiva, reforma do Estado e políticas educacionais

A reestruturação produtiva sob inspiração do capital transnacional apontava como ponto consolidado à crise do modelo fordista, o parâmetro neoliberal. Todo o esforço das diretrizes neoliberais materializou-se certamente nas políticas educacionais do Brasil, implicando a incorporação de problemáticas sociais e redefinição do papel da Educação Básica na erradicação dos problemas sociais. A educação voltada para as classes trabalhadoras deveria ter como papel precípuo o de correção das desigualdades sociais, o Estado exime-se da responsabilidade direta pelo desenvolvimento econômico e social atuando como regulador do mesmo (BRASIL, 1995:12). As políticas educacionais, a partir da reforma do Estado, seriam convenientemente orientadas com políticas sociais, não identificadas como de responsabilidade do mesmo Estado. A carga desta correlação entre investimentos em educação e políticas sociais, organismos multilaterais como o Banco Mundial, atrelam as correções de dívidas sociais históricas como um novo paradigma que favorecerá o desaparecimento dos bolsões de pobreza no mundo.

Educação superior no Brasil no contexto do modo-de-produção capitalista e seus arranjos históricos de exclusão

Nas décadas de 70, 80 e 90, a exemplo do histórico de exclusão no ensino superior no Brasil, medidas paliativas são desenhadas pelo governo brasileiro à medida que ocorrem movimentos sociais organizados em busca de inserção no mundo universitário, no intuito de amainar os conflitos. Alguns exemplos que podem ser explicitados neste aspecto são: a abertura de crédito (FIES – Financiamento Estudantil) para estudantes de classes desfavorecidas, a expansão de universidades privadas para atender demandas que o setor público não atendia, o PROUNI (Programa Universidade para Todos), cuja finalidade centrava-se na concessão de bolsas parciais e integrais à estudantes de graduação que não tivessem condições de pagar uma universidade privada e mais recentemente na década de 90, a discussão e implantação de ações afirmativas por meio da política de cotas à universidade brasileira.

Contextualização das ações afirmativas no Brasil como instrumento de inclusão das classes menos favorecidas à universidade

Em âmbito geral, as políticas de ações afirmativas têm sido entendidas como meio de beneficiar grupos socialmente desfavorecidos na consecução de recursos escassos em distintos âmbitos dos arranjos sociais, inclusive na universidade. Com o fim do período militar e o processo de redemocratização no Brasil, muitos movimentos sociais começaram a se mobilizar em busca das correções de dívidas sociais historicamente situadas, principalmente entre 1989 e a década de 1990. Para que compreendamos como se procedeu esse itinerário consideraremos para discussão três pontos tomando as ações afirmativas como eixos de recorrência: pontos de correção de dívida histórica, contrapontos acerca da discriminação positiva e a possibilidade de um terceiro olhar entre pontos e contrapontos.

Ações afirmativas para a universidade: pontos de correção de dívida histórica

Por meio de levantamento bibliográfico, identificamos que em pleno governo FHC, em 1996, ano da inauguração da LDB 9394/96, fora constituído um Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra, que como orientação definia “ações afirmativas” como “*medidas especiais e temporárias, tomadas pelo Estado (...) com o objetivo de eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidade e tratamento, bem como de compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização, por motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros*” (Ministério da Justiça, 1996:10). Neste projeto não havia espaço para se articular outro olhar ou arranjo social em que não houvesse excluídos, mas o panorama era o de, mantendo-se o projeto histórico da universidade para poucos no Brasil, as medidas inclusivas, a exemplo do modelo norte-americano por meio das ações afirmativas, atenuariam as questões situadas pelos movimentos sociais.

Ações afirmativas para a universidade: contrapontos acerca da discriminação positiva

Em 1965 as Nações Unidas aprovam a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, da qual o Brasil passou a ser

assignante desde 1968. Nesta Convenção (no artigo 1º, parágrafo 4º) foi estabelecido que “medidas especiais e temporárias” fossem adotadas para proteção, incentivo, equiparação de grupos sociais menos favorecidos às mesmas oportunidades que os grupos socialmente favorecidos. Tais medidas foram denominadas de “discriminação positiva” (ações afirmativas), isto é, o reconhecimento e a abertura de inclusão social dos grupos identificados como maneira de correção das dívidas históricas causadas pro preconceitos em todas suas formas. Em muitos trabalhos acadêmicos a adoção das ações afirmativas como “discriminação positiva” tem sido considerada como uma evolução cultural e humana que, finalmente o Brasil se deu conta na correção de sua dívida histórica, principalmente quanto à exclusão do negro das universidades e oportunidades sociais. Assim a questão da discriminação positiva é encaminhada como uma forma de promoção da “justiça” historicamente situada, esquivando-se de outra leitura necessária a da noção de equidade necessária. Não se promove a equidade, mas se exclui grande contingente das ditas oportunidade sócias, gerando outras “injustiças históricas”. Tais discriminações positivas tão profusamente defendidas no Brasil se originaram nos EUA para amenizar conflitos entre o movimento negro e o controvertido inimigo dos direitos civis – Nixon.

Ações afirmativas para a universidade: a possibilidade de um terceiro olhar entre pontos e contrapontos

Sob a materialidade histórica evidenciada, a partir de um terceiro olhar, podemos problematizar os pontos de tensão da proposição das ações afirmativas no Brasil por meio de cotas à universidade. Este exercício vai nos solicitar a clarificação de que, de fato, a influência do modo-de-produção capitalista e a lógica de seu ideário neoliberal são impulsionadas pela racionalidade (Silva, 2006, Mézaros, 2005) que apresenta um significativo alcance (mesmo sem o desvelamento das tramas neoliberais), das possibilidades e limites da inclusão educacional à universidade brasileira (Sanfelice, 2006; Meszárós, 2005, 2006 2007), apregoando a globalização, a unidade na diversidade e negando a efetivação de desdobramento de conquistas sociais mais amplas.

Relações entre O neoliberalismo, o trabalho e políticas compensatórias de acesso à universidade brasileira

Ao considerarmos o crescimento da adesão às ações afirmativas na universidade brasileira, podemos constatar que, embora a ideologia hegemônica veicule propostas para a inclusão educacional e encontre respaldo, por conta da expropriação histórica dos direitos, como observa Sanfelice (2006), os seus limites são estruturais. Assim, pensar a universidade brasileira e algumas políticas públicas de inclusão, a partir de uma sociedade capitalista democrática, não pontuando as relações entre neoliberalismo, trabalho e políticas compensatórias de acesso à universidade, fundantes das desigualdades, é ignorar o discurso ideológico forjado por uma burguesia que ratifica sua dominação pela violência simbólica.

Neoliberalismo

A partir da década de 1990, período em que no Brasil as políticas de inclusão educacional são mais evidentes, intensifica-se o discurso neoliberal, cuja

viabilização se daria por conta da ruptura das economias nacionalistas, ratificando a internacionalização da mesma. Todo este conjunto ideológico tem sido operacionalizado como refrão para a solução das questões econômicas e sociais dos países capitalistas desenvolvidos ou em desenvolvimento, tendo como parâmetro, o controle ou extinção de mecanismos ou instituições que reivindicam melhorias salariais para os operários e seus interesses em nome da retomada do crescimento e controle inflacionário. Predomina nessas economias, entretanto, a ortodoxia neoliberal por meio do controle social, neutralizando as ações sindicais e favorecendo medidas que atenuem ou deixem de enfatizar o pleno emprego e concessões fiscais àqueles que detêm o capital financeiro e ações de contenção de manifestações sociais por meio de “medidas especiais e temporárias”, inviabilizando o processo de universalização, democratização e humanização de direitos.

Trabalho

Na sociedade contemporânea, globalizada e excludente, o estudo sobre a inclusão educacional não pode ser descontextualizada da centralidade capital-trabalho (Mészáros, 2005) pelo risco da convivência com um discurso e práticas dissimuladoras produzidas pelo metabolismo social do capital. Neste sentido entendemos inclusão educacional, por meio de ações afirmativas, à universidade brasileira como um objeto não isento a esta centralidade, que não imiscui e nem minimiza os conflitos e debates entre luta de classes, identidade da cultura brasileira e superação de desigualdades por meio de transformação social qualitativa no seio da universidade, que problematizamos neste Ensaio.

Políticas compensatórias de acesso à universidade brasileira

As políticas compensatórias ou de ações afirmativas surgidas nos EUA e adotadas em vários outros países, como o Brasil foram elaboradas, desenvolvidas e implementadas pelo Estado para conter ou minimizar as “distorções sociais” não no sentido de promoção da justiça social universalizada, mas num arranjo de desmobilização de solicitações coletivas. Estabelecidos os pressupostos representativos, pressupõe-se que a dívida histórica esteja paga, mesmo que um contingente significativo de pessoas seja destituído da situada oportunidade, ao mesmo tempo em que são desviados os eixos de discussão acerca de uma sociedade democratizadora e democratizante em sentido universalizado e ratificado o compromisso com a construção de perfil de homem para uma sociedade determinada: a capitalista, promotora de mercados e cidadãos consumidores. Dentre as políticas compensatórias, para efeitos do nosso objeto, destacam-se as políticas de cotas para acesso à universidade de grupos socialmente desfavorecidos, no caso do Brasil, de negros, indígenas e pobres.

Desafios contemporâneos à inclusão social de classes menos favorecidas à universidade

Este ensaio evidencia a denúncia do jogo de interesses do capital, que distante de favorecer a emancipação e libertação do sujeito histórico, ratifica a sua ideologia em nome da atenuação das tensões sociais, quer por meio de promoção de fundos de inversão para causas pontuais, quer pela indução de programas sociais condicionados aos empréstimos de organismos multilaterais aos estados nacionais. Desta construção, as idéias produzidas pelo aparelho

de Estado precisam ser contextualizadas, as intencionalidades questionadas à medida que a atuação do homem sobre o mundo vivido constitua-se na organização do conhecimento e intervenções pertinentes, como produto de múltiplas determinações. Este é o maior desafio, dado que todos os organismos na relação capital-trabalho reforçam o inverso.

A universidade no Brasil a partir de uma dimensão universal sustentada por uma lógica democrática, libertadora e humanizadora

Recuperar o sentido da consciência coletiva como resposta ao processo de expropriação de direitos sociais, especificamente, os da educação superior numa dimensão universalizada é uma tarefa que não pode ser deixada em segundo plano e nem negociada por medidas paliativas que pretendem em nome da “minimização de distorções sociais”, conservar a estrutura capitalista do controle social de mentes e corpos.

A universidade e as práticas dissimuladoras na centralidade capital-trabalho a partir de Mészáros

A ideologia em sentido restrito tranveste-se na incorporação de atendimento às necessidades das demandas, “... no assistencialismo e nas políticas compensatórias, sem caminhar absolutamente nada na distribuição das riquezas socialmente produzidas” (Sanfelice, 2006: 37). Como diz o próprio Mészáros (2005: 45) a educação desenvolvida na lógica do capital consegue “... *produzir tanta conformidade ou “consenso” quanto for capaz, a partir de dentro e por meio dos seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados*”. O caminho para a emancipação da educação e oportunidades educacionais, inclusive na universidade, é o rompimento com a lógica capitalista na universalização da educação e trabalho como atividade humana auto-realizadora. Neste encaminhamento Mészáros (Idem: 27) conclui que limitar “... *uma mudança educacional radical às margens corretivas interesseiras do capital significa abandonar de uma só vez, conscientemente ou não, o objetivo de uma transformação social qualitativa*”.

A universidade e o agir comunicativo na determinação da ação histórica em Habermas

Se o “... *procedimento democrático fundamenta a legitimidade do direito*” (Habermas, 1997:191), certamente podemos inferir que a legitimidade do direito deve assegurar o procedimento democrático. No caso, as categorias direito e democracia devem estar intrinsecamente relacionadas em todo o momento a ponto de assegurar a universalização e participação do que se conhece como oportunidades necessárias e igualitárias da vida social. Assim, entendemos que uma ação comunicativa em nível democrático, universal e humano, promotor e garantidor da equidade propriamente dita, não pode aceitar medidas pseudo-corretivas que negam o direito cidadão e o espírito democrático (Habermas, 2003: 52). Se de fato se pensasse a equidade de maneira universalizada como aponta Habermas, não haveria discriminação em suas distintas manifestações.

A universidade e a dialética do concreto a partir de Karel Kosik

Não é admissível pensar as ações afirmativas como respostas finais de acesso aos grupos desfavorecidos à universidade. Se a práxis é possível, a produção

do mundo, bem como a autoprodução do homem não devem ser excludentes (Kosik, 1985: 202). Podemos afirmar que a universalização, democratização e humanização da universidade, oportunizando os mesmos direitos indistintamente, não deve ser um privilégio para poucos. O que se coloca na atualidade com a proposta da discriminação positiva é a proposição do mundo da pseudoconcretidade, isto é, o mundo da alienação, portanto, do afastamento da leitura correta que deveria desenvolver. Há que se resgatar em sua totalidade um maior despertar por meio da dialética do concreto, de uma análise crítica de tentativas forjadas para a mostração de um mundo diferente do real.

A universidade e o antagonismo entre o particular e o universal a partir de Adorno & Horkheimer

Adorno & Horkheimer (1985) apontam que o verdadeiro esclarecimento não mais pode ser entendido numa ingênua perspectiva mítica entre o 'bem' e o 'mal' ou entre o 'mal menor' e o mal maior', mas como base para tirar o homem de seu processo de alienação ou de sua menoridade e não mais ser conduzido, mas conduzir a construção de sua própria história. Em relação à particularização da justiça em detrimento da universalização da equidade, tomando as ações afirmativas como ponto de análise, podemos afirmar que, a aceitação tácita de sua proposição particulariza e condiciona uma tipologia de sociedade (de caráter mítico) negligenciando, conseqüente e convenientemente, a universalização de oportunidades. Desta forma, o abismo entre o particular e universal permanece, restando a ilusão de horizontalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um terceiro olhar sobre as ações afirmativas nos mostra que tais medidas se mostram paliativas projetando um processo maior de exclusão e descaso com os grupos étnicos e classes sociais menos favorecidas. Assim, não está em discussão a dimensão universal sustentada por uma lógica libertadora e humanizadora, mesmo porque tem como resolvidos os conflitos sociais emersos negando a ação comunicativa entre individualidade e coletividade (Habermas, 2003), distanciando justiça, equidade e reflexão sobre a realidade concreta da humanidade e de sua construção histórica (Kosik, 1985), alienando os homens numa dimensão mítica, de um esclarecimento determinado e controlável proposto como eixo salvacionista e não-emancipatório. E finalmente com Mészáros (2005, 2006, 2007), observamos que o exercício da educação superior somente alcançará uma dimensão humanizadora, democrática e universal quando não se limitar à medidas paliativas, que se preocupam muito mais em esvaziar as vozes do que promover uma transformação social verdadeiramente qualitativa.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T.W. & HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- BRASIL. Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra Brasília: **Ministério da Justiça**, 1996.
- HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. 2.ed., vol. I. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

LIMA, Paulo Gomes. Unha de gato em novelo de lã ou do financiamento da pesquisa científica e tecnológica no governo FHC: o dito e o feito no plano real (1994-2002). **Tese de Doutorado**. Araraquara/SP: Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho/FCLAR, 2005.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007. 400p.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria de transição**. São Paulo: Boitempo, 2005.

SANFELICE, José Luis. Inclusão educacional no Brasil: limites e possibilidades. In **Revista de Educação da PUC-CAMPINAS**, Nº 21, p. 29-40, novembro de 2006.

SANFELICE, José Luis. **Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64**. São Paulo: Cortez Editora; Editora Autores Associados, 1986. 240 p.

SILVA, Graziella Moraes Dias da. Ações afirmativas no Brasil e na África do Sul. In *Tempo Social*, **revista de sociologia da USP**, v. 18, n. 2. São Paulo, 2006.

SILVA, Maria Abádia da. **Intervenção e consentimento: a política educacional do Banco Mundial**. São Paulo: Autores Associados, 2002.

WEBER, Max. The social psychology of the world religions . In: GERTH, H. & MILLS, C. (eds.), **From Max Weber**. Nova York, Oxford University Press, 1946.